

Eduardo Lourenço, hermeneuta do imaginário português

Maria Teresa Rodrigues

Eduardo Lourenço pode situar-se entre aquele conjunto de vozes críticas excepcionais que muito raramente surgem no panorama intelectual de um país: um ensaísta disponível para pensar o que na singular história de Portugal como país e como povo merece ser pensado... e mesmo o que não merece.

A diversidade de temáticas por ele abordadas, desde a filosofia à literatura, da política à pintura, expressão da sua inquietação de espírito, da sua vontade de romper com um certo espírito ortodoxo, sugeriram-nos a possibilidade de integrar o seu pensamento nas preocupações mais profundas da filosofia contemporânea que tem no sentido da existência humana como temporalidade, na análise da identidade pessoal e colectiva, o seu núcleo fundamental.

A constituição da identidade portuguesa, problema central na obra de E. Lourenço, apresenta-se-lhe como equivalente à pergunta dos portugueses acerca do sentido da sua própria existência enquanto indivíduos constituídos como povo. Parece-lhe impossível responder a esta questão fora do imaginário colectivo que nos constitui, longe do conjunto de representações partilhadas no domínio das crenças, dos valores e das referências a uma tradição e a uma memória comum.

Compreender o que *fomos* e *somos* não é então possível se se remeterem para a sombra as produções do imaginário, guardião dos projectos, das fantasmagorias da acção, em suma, da *rêverie* de uma comunidade humana.

Deste modo, a nossa reflexão sobre a obra de E. Lourenço começou por estruturar-se a partir da filosofia contemporânea, particularmente do pensamento de P. Ricoeur, onde podemos colher os conceitos necessários ao enquadramento filosófico da nossa meditação e, por nos parecer possível estabelecer entre os dois autores pontos de ligação de relevância assinalável. Ambos os autores reflectem sobre as construções do imaginário nas suas dimensões poética e social, sobre a ficção, as narrativas históricas e míticas enquanto produções configuradoras dos traços identitários de um povo. Ainda que as áreas de reflexão nem sempre sejam coincidentes entre ambos, como por exemplo a problemática questão do *mal* em P. Ricoeur, ou a temática do *imaginário* em E. Lourenço, a verdade é que o modo de as abordar apresenta em ambos os autores um cariz marcadamente hermenêutico. Veja-se o reconhecimento da necessidade de decifrar a linguagem simbólica como modo de aceder à compreensão dessas questões, cuja natureza e opacidade o exigem. Quer em E. Lourenço, quer em P. Ricoeur, o discurso ficcional assume um papel determinante enquanto “solução” não especulativa mas

poética para temas profundamente enraizados na existência humana e cujo sentido assume uma expressão simbólica.

Para acompanhar o pensamento de Lourenço sobre o *imaginário cultural português* parecem-nos essenciais os ensaios *Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978), *Portugal como Destino: Dramaturgia Cultural Portuguesa* (1991), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (1999) e *Nós e a Europa ou as Duas Razões* (1984), nos quais o autor pensa Portugal, a cultura portuguesa e as representações configuradoras da nossa existência nacional. A construção dessa *imagologia*, enraizada na *praxis* portuguesa, na sua vida empírica e histórica, descreve a nossa forma singular de habitar a realidade devolvendo aos portugueses as imagens que estes fazem de si próprios.

Ao tomar como objecto de análise a realidade cultural portuguesa, as narrativas históricas, míticas e literárias como mediação configuradora privilegiada do que *fomos* e *somos* como identidade colectiva singular, E.Lourenço, problematiza hermeneuticamente, desde as suas origens, a nossa realidade cultural. Caracteriza-nos como um povo profundamente sonhador e imagético que ao longo da sua existência sempre teve dificuldade de se ver com realismo.

O nosso objectivo não é seguir meticulosamente a problemática questão da existência de uma cultura portuguesa ou da cultura em Portugal, que directa ou indirectamente o autor abordou desde o início do seu percurso intelectual, especificamente aquando da sua colaboração nas revistas *Vértice* e *Bicórnio*, mas reflectir a partir da leitura hermenêutica que Lourenço realiza sobre os discursos que configuram as auto-representações dos portugueses e o contributo dessa imagologia, enquanto processo de refiguração, para a clarificação/complexificação da imagem que os portugueses têm de si próprios. Pretendemos pensar o modo como o imaginário lourenceano se torna determinante para a clarificação e complexificação do que define como “o ser português”, como fundamenta a relação *Identidade* e *imaginário*, passando pela análise das auto-representações, primordialmente de origem literária, que o imaginário português tem produzido

Encontrar o sentido da nossa existência como povo equivale, então, à interrogação sobre as representações que constituem o nosso imaginário¹ e assume em E. Lourenço

¹ “Na verdade, quase poderíamos afirmar que existe na obra de Lourenço uma única obsessão que sobredetermina todos os outros interesses. Essa fixação, simultaneamente temática e emocional, chama-se “Portugal” e revela-se ao longo de 60 anos de um infatigável labor crítico em torno deste objecto que na obra de Lourenço se reveste de um carácter gnoseológico - passional, quer dizer, simbólico. (...) a via de acesso a este objecto privilegiado de reflexão, Portugal, tem sido a literatura e é-o desde os seus primeiros ensaios de crítica literária até às primeiras tentativas de analisar Portugal e a cultura portuguesa”. BAPTISTA, M. Manuel, *Eduardo Lourenço- A Paixão de Compreender*, Edições Asa, 2003, p. 257.

uma natureza hermenêutica muito próxima da desenvolvida por Paul Ricoeur nos seus estudos sobre problemas como a *identidade pessoal*, o *mal* ou o *tempo*, no que se refere à passagem pela interpretação da linguagem simbólica através da qual ao longo do tempo o homem tem procurado esclarecê-los. Desta forma, E. Lourenço considera as produções do imaginário, particularmente a literatura e a poesia, como a “resposta à dificuldade de ser ou ao excesso de realidade que a certas horas parece tombar sobre o homem desenraizando-o do solo natal da vida vulgar”². Aprendeu com Kierkegaard, Camus e Pessoa que a literatura é a melhor forma de continuar a reflexão filosófica sobre a vida.

Profundamente convicto de que a opacidade da experiência humana jamais poderá exaurir-se numa filosofia sistemática no sentido clássico, irá promover o diálogo aberto com todo o tipo de discursos, oferecendo nos seus ensaios o que consideramos uma meditação filosófica essencialmente poética. O fascínio pelo sentido das coisas, colhido na fenomenologia, leva E. Lourenço a tomar as representações imaginárias criadas pelos portugueses como objectos em si mesmos, ainda que proceda à sua análise de um ponto de vista que revela também uma abertura à hermenêutica dos sinais e cifras com que o homem configura a sua existência. Este ponto de partida aproxima-o da posição ricoeuriana acerca da actividade ficcional que, na esteira de Aristóteles, é concebida como arte de “imitar” a realidade, proporcionando configurações possíveis do mundo da vida. O texto ficcional é para ambos os autores o lugar de nascimento de novos modos de ser no mundo, pois o texto cria e instaura a própria realidade. A ficção efectua um corte com a realidade imediata remetendo para uma referência de outra ordem graças às variações imaginativas por ela produzidas. O texto escrito, primordialmente o texto ficcional, abre para uma referência que Ricoeur designa de segunda categoria. Isto é, com a escrita há uma abolição do carácter ostensivo da referência. É justamente esta abolição do carácter ostensivo da referência que possibilita o emergir do fenómeno a que Ricoeur chama “literatura”. O eclipse da referência, no sentido ostensivo ou descritivo, não equivale, no entanto, à abolição pura de toda a referência:

“(…) a abolição de uma referência de primeira categoria, abolição operada pela ficção e pela poesia, é a condição de possibilidade para que seja libertada uma referência de segunda categoria que atinge o mundo, não apenas ao nível dos objectos manipuláveis, mas ao nível que Husserl designava pela expressão *Lebenswelt* e Heidegger pela de ser no mundo”³.

² LOURENÇO, E., “O Irrealismo Poético ou a Poesia como Mito”, *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’ Água, p. 70.

³ RICOEUR, Paul, *Do Texto à Acção*, Porto, RÉS-Editora, s/data, p. 121.

É, então, a partir desta dimensão referencial da literatura, do seu poder metafórico e simbólico que se coloca para Ricoeur o verdadeiro problema hermenêutico.⁴ Os discursos ficcional e poético ao visarem o ser, não sob a modalidade do ser dado mas do poder-ser, em que a realidade quotidiana é metamorfoseada graças ao que poderíamos chamar as variações imaginativas da literatura⁵, abrem novas possibilidades de ser-no-mundo. Por isso, como sublinha Ricoeur,

“interpretar é explicitar o modo de ser-no-mundo exposto diante do texto”⁶.

Ricoeur mostra que a autonomia semântica do texto ultrapassa o horizonte vivido pelo autor, de modo que, a intenção mental do autor e o significado verbal do texto deixam de coincidir e, por isso, liga a hermenêutica à noção de “mundo do texto”⁷, libertando-a da noção de genialidade ou da estrutura do texto.

Verificámos que E. Lourenço renuncia, igualmente, a uma concepção psicologizante da hermenêutica, orientando a sua interpretação textual não na direcção do espírito do autor, mas sim na do sentido imanente aos textos e ao mundo para que eles abrem. O que ambos procuram no processo de interpretação do texto, é a apropriação do sentido do próprio texto, isto é, a referência de segundo grau para que este abre. O sentido de um texto não é, assim, algo de oculto, mas algo de descoberto. E o que de facto importa compreender, não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto. A compreensão não tem a ver com o autor e a sua situação, antes visa apreender as posições de mundo descortinadas pela referência do texto⁸. Desta forma, a obra não é uma realidade encerrada sobre si mesma, dela desprende-se um mundo possível. A tarefa do leitor é preencher as lacunas, as indeterminações e as ambiguidades que o autor do texto deixa em aberto.

“O que um leitor recebe é não somente o sentido da obra, mas por meio de seu sentido, a sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e a sua temporalidade, que ela exhibe diante de si.”⁹.

⁴ Cf., IDEM, *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70, 1999, p. 48.

⁵ Cf., RICOEUR, Paul, *Do Texto à Acção*, Porto, RÉS-Editora, s/data, p. 121.

⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 121.

⁷ “Já não se trata de definir hermenêutica pela coincidência entre o génio do leitor e o génio do autor. A intenção do autor, ausente do seu texto, tornou-se, ela própria, uma questão hermenêutica”. Id., *Do Texto à Acção*, Porto, RÉS-Editora, s/data, p. 42.

⁸ Cf., IDEM, *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70, 1999, p. 99.

⁹ RICOEUR, Paul, *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Campinas – S. Paulo, Papirus, Trad. Constança Marcondes César, 1994, p. 120.

A leitura constitui-se, desta forma, como um acto de apropriação e não de posse em que o leitor se desapropria do seu horizonte imediato, acolhendo as novas possibilidades de estar-no-mundo abertas pela ficção.

Em E. Lourenço encontramos também um intérprete profundamente *implicado*, que não procura na sua leitura um encontro ou uma coincidência com o “génio” dos autores, mas, alguém que visa apropriar-se dos *mundos* abertos pelas representações da ficção literária, tornando-se, a partir desta sua condição de leitor implicado, um *criador de Portugal*. Neste processo, parece-nos que E. Lourenço passa para o lado dos criadores a *tempo inteiro*, daqueles que, por meio da poesia e ficção, nos propõem novas formas de habitar a realidade quotidiana, realizando assim aquele seu fascínio de conseguir que o impacto da obra dos outros se transforme nele em qualquer coisa criativa¹⁰. Não podemos deixar de concordar com o autor quando este afirma que ficar na outra margem da invenção do mundo dos outros não significa interpretar de forma puramente reprodutora a sua obra, mas antes dispor da distância suficiente para descobrir os *mundos* que nela inventam¹¹.

“(…) só a pouco e pouco é que o conhecimento mais profundo de Fernando Pessoa se revelou como qualquer coisa que ia além do poético e da ordem estética, impondo-se como uma visão do mundo que punha em causa o discurso dominante em todas as ordens. Pessoa foi, efectivamente, o desarrumador definitivo, naquela época do discurso cultural português”¹².

O discurso ficcional, particularmente as narrativas literárias e históricas, apresenta-se a Lourenço como o lugar paradigmático onde se revelam propostas de *novas formas de vida*, o lugar por excelência onde é acessível a interpretação da identidade portuguesa, expressando como nenhuma outra manifestação cultural “o nosso modo de ser”.

Aquilo que o discurso ficcional imita é o mundo do agir humano e a sua dimensão temporal profunda. Ora, E. Lourenço, como P. Ricoeur, manifesta uma vocação *poética* enquanto *imita*, configura, a experiência temporal do nosso existir e ensaia possíveis configurações acerca da nossa realidade. Articula a nossa história literária, enquanto manifestação do imaginário, com a preocupação de descobrir *quem somos* como portugueses. Ao delinear, no *Labirinto da Saudade*, o que designa por *imagologia* ou discurso crítico sobre as imagens que de nós temos forjado¹³, valoriza à maneira

¹⁰ Cf., LOURENÇO, E., “Um Heterodoxo Confessa-se”, José Gil e Fernando Catroga, *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio D’Água, 1956, p. 54.

¹¹ Cf., IDEM, *Ibidem*, 54.

¹² IDEM, *Ibidem*, p. 52.

¹³ “Essas «imagens» são de duas espécies: uma diz respeito àquilo que, por analogia com o que se passa com os indivíduos, se poderia chamar «esquema corporal», imagem condicionante do

ricoeuriana as imagens que designa de segundo grau, ou seja, aquelas que são constituídas pelas múltiplas perspectivas ou “(...) inumeráveis retratos que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum”¹⁴. No entanto, este primeiro esboço de *imagologia portuguesa* centra-se quase exclusivamente sobre imagens de origem literária, sobretudo aquelas que por alguma razão alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram e continuam a ter¹⁵.

A sua opção pelas “imagens de segundo grau”, deve-se, na nossa opinião, ao facto de estas configurarem e refigurarem *o nosso modo de ser* mas, fundamentalmente, porque oferecem novas propostas de estar e habitar o mundo. Neste caso, a distância criada, proporciona não a facilidade imediata de um sentido mas a emergência de outras facetas do real “uma germinação plurivalente de sentidos plausíveis, de múltiplas leituras”.¹⁶

A linguagem poética não é, nem pode confundir-se com uma cópia ou uma simples projecção redutora da realidade, ela cria e instaura a própria realidade e, por isso, como diria E. Lourenço, as nossa(s) imagem(s) literária(s), o texto poético, enquanto produção do imaginário, “é *realidade humana na sua máxima irrealidade ou irrealidade humana na sua máxima realidade*”¹⁷.

Na verdade, as representações ficcionais efectuam um corte com a realidade quotidiana, suspendendo-a, abrindo caminho a uma reconfiguração onde se redimensiona a experiência temporal e se instauram modelos simbólicos através dos quais a *praxis*, neste caso a portuguesa, é redescrita.

“a realidade será o fruto do sonho que a antecede e a configura”¹⁸.

“A imitação ou representação é uma actividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição de factos pela tessitura da intriga”¹⁹.

agir colectivo cuja leitura só à rebours pode ser feita, pois são os actos decisivos dessa colectividade que permitem induzi-la; a outra é de segundo grau, e constituem-na as múltiplas perspectivas, inumeráveis retratos que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum”. LOURENÇO, E., “Breve Esclarecimento”, *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 18.

¹⁴ LOURENÇO, E., “Breve Esclarecimento”, *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 18.

¹⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 18.

¹⁶ LOURENÇO, E., “Crítica, Obra e Tempo”, *O Canto do Signo, Existência e Literatura*, Lisboa Ed. Presença, 1994, p. 51.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 49.

¹⁸ LOURENÇO, E., “Em Torno do Nosso Imaginário”, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 87.

A tese de Ricoeur que, ao que tudo indica, o nosso autor partilha, sobre a ficção como o caminho privilegiado da *redescricao* da realidade humana, recorda-nos a teoria da iconicidade desenvolvida por F. Dagognet. Esta teoria representa o poder de transcrição, de metamorfose e até de criação da própria realidade. P. Ricoeur defende que a escrita, tal como a pintura, não é uma cópia da realidade mas um meio para ampliar e dar sentido ao universo. Ora, o aumento icónico que, por analogia, pode ser transposto da pintura para a escrita, significa também para Eduardo Lourenço o poder de criação da própria realidade²⁰. Assim, graças à imaginação criadora, é possível produzir *novos mundos* inacessíveis à descrição directa e ao logos apofântico.

São inúmeros os textos escritos por E. Lourenço, em que verificamos o cruzamento entre os mundos projectados pelos textos que leu e a(s) sua(s) proposta(s) de mundo. Deste modo, interpreta os textos reconfigurando-os. Vejamos a este propósito o que ele escreve acerca de Eça de Queirós

“De todas as interpretações da realidade nacional da geração de 70 (...) a mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina e ao fim e ao cabo a mais bem sucedida, por mais adequada transposição mítica, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida Eça de Queirós. Apesar de todas as críticas que se lhe podem fazer, é um Portugal realmente *presente* que ele interroga e que o interpela”²¹.

Assim, enquanto hermeneuta do imaginário português, na sua apropriação dos textos, E. Lourenço dá-nos conta do poder *refigurador* da leitura e do efeito das imagens que esta produz no mundo do leitor:

“O mundo que o poeta engendrou e configurou por meio da linguagem, é recriado pelo leitor quando exposto à força imaginativa do texto poético. Neste fenómeno de reverberação vivido na leitura de poemas, a imagem neutraliza e suspende toda a relação ao mundo imediato da percepção e da acção e abre o espaço lúdico das possibilidades ou ensaio de ideias novas, valores novos ou outros modos de ser no mundo.”²².

¹⁹ RICOEUR, Paul, *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Campinas – S. Paulo, Papyrus, Trad. Constança Marcondes, César, 1994, p. 60.

²⁰ Cf., RICOEUR, Paul, *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Campinas – S. Paulo, Papyrus, Trad. Constança Marcondes, César, 1994, p. 123.

²¹ LOURENÇO, E., “Da Literatura Como Interpretação de Portugal” (De Garrett a Fernando Pessoa), *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 95.

Outros filósofos como H.-G. Gadamer e Paul Ricoeur sublinharam, com é sabido, que a experiência humana do mundo é linguística e hermeneuticamente mediada, já que o homem procura articular em discurso o carácter temporal da sua experiência no mundo. A hermenêutica sublinha a condição “linguageira” de toda a experiência humana, a sua acessibilidade à palavra, bem como a necessidade de um desvio pelo tesouro dos símbolos no seio dos quais a mesma existência vem à consciência, para explicitar a sua pluralidade de sentidos.

A articulação da experiência temporal do existir, também o afirmou a hermenêutica contemporânea, acontece de forma privilegiada nos textos narrativos, pela produção da intriga onde se imitam as acções de homens reais e concretos, heróis e malfeitores, agentes do bem e do mal, praticantes da virtude e do vício²³. A produção de uma intriga é *mimesis praxeos*, e constitui, por isso, uma configuração da realidade histórica, cultural, política, ideológica e religiosa, que oferece ainda a possibilidade de múltiplas leituras. A actividade narrativa é uma condição da experiência prática, temporal do homem no mundo. O mundo da praxis humana é sempre narrativamente pré-figurado, está sempre já articulado por meio de signos, regras, costumes e valores, que permitem que as pessoas se entendam ou divirjam na constituição da sua identidade.²⁴

Este ponto de partida permite-nos também pensar em que medida esta actividade humana de produção de textos, designada por Aristóteles como *poiesis* ou arte de imitar a realidade pela ficção, se apresenta como configuradora do mundo e da realidade praxica em que decorre a existência humana. Todo o texto encerra uma configuração de mundo, na medida em que é uma produção ficcional, na qual, o seu autor, imita a realidade vivida, pois, a “ficção é *fingere*, e *fingere* é fazer”²⁵. O domínio do literário, em sentido aristotélico, o mundo da ficção, proporciona então “uma ligação assinalável com o mundo real”²⁶, que constitui a referência a partir da qual a imaginação produtora ensaia configurações possíveis do mundo da vida “para experimentar a sua consistência e a sua plausibilidade”²⁷.

Produzir um texto é ainda uma actividade (um fazer) que se inscreve no domínio da praxis, isto é, das acções dos homens. A arte da imitação pela linguagem proporciona ao escritor uma configuração do seu mundo e é, na opinião de Aristóteles, o que faz dele um

²² PEREIRA, M. Baptista, Pref à tradução portuguesa de *A Metáfora Viva*, in Paul Ricoeur, *A Metáfora Viva*, Porto, Rés, 1983, pp. XXIII-XXIV.

²³ Cf. RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Campinas – S. Paulo, Papirus, Trad. Constança Marcondes César, 1994, pp. 11-14.

²⁴ Cf., SILVA, M. L. P. F., Finitude e Narração: O Texto na Perspectiva Hermenêutica, *Décimo Primeiro Encontro de Filosofia - O Texto Filosófico*, Comunicações 3, Março 1996, apf, (99-112), p. 109.

²⁵ RICOEUR, P., *Do Texto à Acção*, Porto, RÉ-Editora, s/ data, p. 29.

²⁶ IDEM, *ibidem*, p. 30.

²⁷ IDEM, *ibidem*, p. 29.

poeta²⁸. Este, procura compreender o seu mundo, interpretando-o na sua obra que se apresenta como a mediação através da qual se compreende também a si mesmo como ser histórico, inserido no mundo da vida.

Tendo a existência humana um carácter temporal e finito, o caminho da sua compreensão pelo homem é inevitavelmente marcado pela possibilidade de ser narrada, não apenas porque “o que se desenvolve no tempo pode ser contado”²⁹ mas, sobretudo, porque todo o processo temporal exige articulação, só é reconhecido como tal e só pode esclarecer-se “na medida em que é narrável de uma forma ou de outra”³⁰. Daí que a *poiesis* em sentido aristotélico, *mimesis* por meio de um *muthos*, que Ricoeur recupera, deva aplicar-se tanto a um texto narrativo, como a um poema, ou a um ensaio³¹. O ensaio é *poiesis*, no sentido originário, ficção, porque corresponde a um modo de fazer/configurar a experiência particular do autor.

Podemos apresentar E. Lourenço como um hermeneuta do modo como os portugueses configuram a sua existência, na(s) história(s), nos mitos e na literatura, em todo o seu imaginário mas, simultaneamente, como um criador (ensaísta) cujo discurso ficcional *imita* a realidade e a experiência portuguesa, a sua vivência da temporalidade, tornando-o participante na construção de um imaginário de onde também emerge a sua obra. Esta representa uma ligação assinalável ao mundo real português, constituindo este a referência a partir da qual *ensaia* representações possíveis do que significa para os portugueses sê-lo.

“A imaginação (..) não sobrevoa o mundo, não plana sobre ele como um véu de mágica, mas é o convívio concreto dos homens com o mundo, o contacto primitivo e original que a realidade da linguagem humana encarna”³².

Em consonância com a hermenêutica contemporânea aprendemos de E. Lourenço a valorização do literário e reconhecemos a sua importância para o esclarecimento da existência humana cuja compreensão tem como ponto de partida a tradição que nos chega pela linguagem, mas também pelo *muthos*, pela poética do mundo que ela já configurou. O sentido do homem e da sua história só podem captar-se na grande digressão dos signos de humanidade depositados nas obras de cultura, sobretudo articulados e trazidos até nós pela literatura. Esta, enquanto depositária de tradições, de valores, de costumes, é hoje essencial para a clarificação da acção

²⁸ Cf., ARISTÓTELES, *Poética*, Maia, Imprensa Nacional Casa da Moeda, trad. port. De Eudoro de Sousa, 6ª ed., 2000, 1447 a e 1151 b.

²⁹ RICOEUR, P., *Do Texto à Acção*, Porto, RÉ-S-Editora, s/ data, p. 24

³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 24.

³¹ Cf., IDEM, *Ibidem*, p. 25.

individual e colectiva, da identidade dos indivíduos e dos povos, pois na escrita é produzida uma configuração de mundo onde se propõe um certo ensaio e experimentação de valores. Assim, só compreendemos o mundo pelo modo como os outros já configuraram o real, sobretudo através de um diálogo permanente com as produções do seu imaginário, de onde se desprendem imagens fundamentais para a construção da identidade dos indivíduos ou de uma colectividade.

Dado o seu desejo de produzir imagens da realidade portuguesa, de constituir-se como um espelho que permita reflectir a vida e o drama de pessoas reais e concretas a braços com a tarefa de compreender o seu destino, o ensaísmo lourenceano pode colocar-se no mesmo plano de outras formas de literatura. Nele descobrimos a conjugação de elementos característicos da intriga romanesca: um país, uma história, mitos, valores, personagens, projectos, isto é, uma conjugação de elementos que Lourenço reinterpreta, num texto de natureza reflexiva, articulando-os num sentido novo. Dessa tarefa surge uma configuração peculiar a partir da qual é possível construir uma certa imagem de Portugal.

A convicção lourenceana de que as imagens originárias das narrativas que configurámos ao longo da história e que se encontram presentes nos textos literários, históricos e míticos são geradas não a partir da percepção da realidade mas constituem elas mesmas uma estrutura linguageira, aproximam-no da tese de Ricoeur segundo a qual as imagens derivam da linguagem, são faladas antes de serem vistas.

Parece assim impossível sustentar qualquer abordagem da questão da identidade “fora” do imaginário.

“A nossa identidade, fundamento da nossa autonomia, é de ordem essencialmente cultural, isto é, de enraizamento no imemorial. Antes do seu nascimento político, Portugal é já uma longa memória, uma tradição, sobretudo uma língua com potencialidades de escrita e de imaginário.”³³

Da mesma forma que a metáfora representa o momento de criatividade e de inovação semântica da linguagem, também a narrativa tem o poder de criar sentidos inéditos ao articular numa intriga uma diversidade de acontecimentos.

A narrativa histórica só por si, como salientámos anteriormente, não nos pode conferir um estatuto identitário. Com efeito, só a vinculação a um imaginário que tenha um conteúdo - representações partilhadas no domínio das crenças, dos valores, das referências a uma tradição e a uma memória - e um modo característico de funcionamento nos pode conferir esse estatuto.

³² LOURENÇO, E, “O Irrealismo Poético ou a Poesia como Mito”, *Tempo e Poesia*, Lisboa, Relógio d’Água, p. 66.

³³ LOURENÇO, E., “Portugal e a Europa”, *Nós e a Europa, ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 14, Edições Fim de Século, 1999, p.15

A reflexão lourenceana sobre a obra de escritores e poetas portugueses, sobre a memória colectiva preservada na mitologia e dramaturgia nacionais, conduziu-nos à afirmação de que a imaginação não se liga à percepção mas possui a estrutura da peripeteia de uma intriga. Afirmar que o imaginário tem a estrutura de um enredo, que o seu *muthos* não tem origem em associações decorrentes da percepção, equivale a propor uma nova concepção de representação da realidade: a realidade é um efeito do elemento simbólico e do imaginário, e não o contrário.

Sendo essencial na arquitectura global do nosso destino o imaginário não se situa no simples prolongamento do real, como sublimação dele ou compensação da sua ausência.³⁴ O decisivo é que, uma vez constituído,

“ele seja para o indivíduo, o grupo, a microssociedade, um povo, uma civilização, aquela espécie de reservatório de imagens, mais visão e mais vidas que as dos sonhos, mas tão dinâmicas como eles que em vez de serem transfiguração ou simulacro da cena real têm o poder de a orientar e de lhe conferir um sentido que a sucessão de vida empírica não comporta”³⁵.

Trata-se, na verdade, de “um mundo que nos invade e no qual estamos imersos enquanto esse imaginário existe,”³⁶ um mundo em função do qual é possível qualquer coisa como a autognose³⁷ ou, refere E. Lourenço, como diria Vergílio Ferreira, um mundo que nos existe e que nos confere, por esse facto, uma identidade que “sem ela seria da ordem do não-identificável e, em última análise, do não existente”.³⁸

Há entre as narrativas de ficção e as narrativas históricas com pretensão ao conhecimento, um parentesco indiscutível. Tal como a ficção narrativa não é sem referência, a referência própria da história não é sem parentesco com a referência “produtora” da narrativa de ficção. O passado não é irreal mas a sua reconstrução exige a imaginação.

É graças à articulação que se estabelece entre a referência indirecta do passado e a referência produtora da ficção que é possível construir a identidade. Esta configura-se no imaginário³⁹, nas narrativas⁴⁰ que o preservam, e nas interpretações sucessivas que o refiguram, por isso pode Lourenço defender:

³⁴ Cf., LOURENÇO, E., “A Europa e a Questão do Imaginário – A Europa e o (Seu) Imaginário”, in AAVV, *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, Lisboa, Edições Fim de Século, 1999, p. 14.

³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 14.

³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 14.

³⁷ Cf., LOURENÇO, E., Portugal como Destino: Dramaturgia Cultural Portuguesa”, *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 14.

³⁸ LOURENÇO, E., “A Europa e a Questão do Imaginário – A Europa e o (Seu) Imaginário”, in AAVV, *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, Lisboa, Edições Fim de Século, 1999, p. 15.

³⁹ Cf., IDEM, *Ibidem*, p. 13.

“teremos o Portugal de Garrett, o Portugal de Herculano, o Portugal de Júlio Dinis, o Portugal de Camilo, o Portugal de Eça de Queirós.”⁴¹

Entende, deste modo, a construção da identidade do indivíduo, grupo ou nação, como tarefa constante que se confunde com a sua própria existência. Existência esta que

“não é nunca um puro dado, adquirido de uma vez por todas, mas o acto de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projecto de ser aquilo que se é.”⁴²

A questão da identidade, individual ou colectiva, liga-se “à memória, reactualização incessante do que fomos ontem em função do que somos hoje ou queremos ser amanhã.”⁴³ A identidade forja-se no imaginário daqueles que estão vocacionados para a autognose colectiva e que salvaguardam a memória de um povo: são os poetas, os romancistas, os historiadores ⁴⁴. Como afirma Lourenço,

“Portugal existe porque existiu e existiu porque Camões o salvaguardou na sua memória, como a dos Hebreus se perpetua na Bíblia.”⁴⁵

Os inumeráveis retratos que vão tecendo estes e outros autores repercutem-se em diversas dimensões, mas são as narrativas literárias a sua mediação privilegiada. Nestas, E. Lourenço colhe imagens, temas, mitos, crenças, valores, ou seja, todo um universo simbólico que define os traços próprios do que somos como povo e como portugueses, com um passado e uma memória, uma identidade que se forjou e exaltou com os Descobrimentos e de que a aventura colonial foi a consequência.

Na sua meditação sobre as imagens originárias das narrativas que ao longo do tempo construímos, E. Lourenço *assume* o imaginário português como uma realidade linguageira. Como já referimos, as imagens não são para ele o reflexo imediato dos factos históricos objectivamente considerados, porquanto a linguagem corporizada nos

⁴⁰ Cf., IDEM, “O Imaginário português neste fim de século”, *J. L. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 763, 1999, 29 de Dezembro, p. 20-23. As narrativas foram a mediação privilegiada por Lourenço para aceder à compreensão da cultura portuguesa, da história, bem como dos traços ontológicos identitários do (ser) português. Considere-se, no entanto, que numa fase posterior Lourenço passa a considerar como significativas para a compreensão do nosso imaginário, as representações patentes noutras dimensões como a pintura, a escultura e o cinema.

⁴¹ LOURENÇO, E., “Em Torno do Nosso Imaginário”, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 87.

⁴² IDEM, “Identidade e Memória”, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 9.

⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 9.

⁴⁴ Cf., IDEM, “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio”, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 29-30.

textos literários, históricos e míticos é geradora e configuradora das imagens definidoras do que somos enquanto identidade colectiva. Isso não significa contudo que os ensaios que escreve ou as interpretações que realiza não mergulhem as suas raízes na realidade concreta. A tentativa de construção do nosso passado efectuada por E. Lourenço, apoiada fundamentalmente na literatura, torna então incontestável a tese de que as imagens derivam da linguagem.

“O discurso literário, tanto como qualquer estrutura de obra não literária, não é jamais da ordem da *afirmação*, mas da *negação*, ou, melhor, da suspensão do mundo tal como este se apresenta enquanto correlato natural da percepção ou do discurso banal que o visa. (...) Um poema reenvia ao mundo, mas está ao *mesmo tempo* no lugar do mundo a que reenvia. Em suma, toda a obra de arte é enquanto tal (mesmo uma catedral) um irreal.”⁴⁶

Afirmar que há uma estrutura linguageira das imagens, que elas “são faladas antes de serem vistas” conduz, na sua perspectiva, ao afastamento de duas falsas evidências: uma “segundo a qual a imagem seria, primeiro e por essência, uma «cena» desenvolvida num «teatro» mental perante o olhar de um «espectador» interior”⁴⁷, e simultaneamente “aquela, segundo a qual esta entidade mental seria o tecido em que talhamos as nossas ideias abstractas”⁴⁸. A imagem não é expressão de uma ideia ou de uma percepção prévias, mas a palavra é constitutiva do devaneio (*rêverie*). Será necessário então pressupor que, diferentemente de uma fenomenologia da percepção, as coisas são primordialmente ditas.

Imaginar é pois descobrir novas pertinências predicativas, é construir a pertinência na impertinência, “é reestruturar campos semânticos até então opostos, assimilando-os entre si e, por isso, é no terreno do discurso que se deve situar a imaginação criadora”⁴⁹. A imagem é a significação emergente e a imaginação produtiva “é a própria operação de colher o semelhante procedendo à assimilação que responde ao choque semântico inicial. Por isso, é no domínio do discurso e não da percepção que se deve situar a imaginação criadora ou produtora. Como se explica, deste modo, o aspecto quase sensorial da imagem?

A imaginação “é um jogo livre com possibilidades, num estado de não compromisso em relação ao mundo da percepção ou da acção. É neste estado de não compromisso,

⁴⁵ IDEM, Portugal como Destino: Dramaturgia Cultural Portuguesa”, *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 32.

⁴⁶ LOURENÇO, E., “Crítica, Obra e Tempo”, *O Canto do Signo, Existência e Literatura*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 50-51.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 217.

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 217.

⁴⁹ PEREIRA, M. B., Prefácio à tradução portuguesa de *A Metáfora Viva*, in Ricoeur, Paul., *A Metáfora Viva*, Porto, RÉ-S-Editora, p. 23.

que ensaiamos ideias novas, valores novos, novos modos de estar no mundo”.⁵⁰ A imagem coloca-nos então perante um novo mundo.

A inovação semântica emergente da tessitura da intriga que toda a narrativa envolve, seja ela obra de ficção ou de busca de inteligibilidade de acontecimentos reais, que adquirem o seu sentido configurados como história, justifica o ponto de vista de E. Lourenço sobre algumas épocas ou momentos da nossa história como possuidoras de uma imagem própria. São precisamente as imagens geradas pelo *muthos* das intrigas ficcionais e históricas edificadas a partir da *empeiria* portuguesa que E. Lourenço considera a base da configuração de Portugal como *um país que tinha um império*⁵¹, vigente durante muitos séculos na consciência dos portugueses.

O discurso literário opera uma suspensão da realidade comum, assumindo deste modo uma dimensão “irreal”. Graças à suspensão da percepção ordinária dá-se uma intensificação da nossa visão da realidade, segundo o princípio do aumento icónico, permitindo refazê-la. A imaginação é, pois, “produção de um mundo que não é deste mundo”⁵², produz um irreal. Joga-se aqui o poder da imaginação criadora como “jogo livre com possibilidades, num estado de não compromisso em relação ao mundo da percepção ou da acção.”⁵³

A imaginação humana tem necessariamente uma intriga cujo suporte é o literário.

Assim, o que é determinante na constituição da identidade pessoal ou colectiva não são os factos considerados objectivamente, mas as imagens que se solidificam, por meio das narrativas, na memória dos indivíduos e das colectividades. Então, o auto-conhecimento de um povo, tal como a historiografia se propõe decifrá-lo, não cria o sentido desse percurso, não capta o que há de permanente sob a mudança, o paradoxalmente *inalterável* ou subsistente através da sucessão dos tempos. O conceito de identidade que dá sentido à vida de uma colectividade pode comparar-se àquilo que os românticos designavam de “alma dos povos”, metáfora definidora do que ao longo da história permanece como essencial e próprio de um povo.

Não será tanto a história, mas as imagens que a partir dela os portugueses foram forjando de si próprios e se materializaram na nossa literatura, como já referimos, que constituem o mais fiel depositário das refigurações permanentes da nossa identidade e, cremos nós, E. Lourenço designaria não apenas como narrativa, mas imaginária.

⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, pp. 219 –220.

⁵¹ Cf., LOURENÇO, E., Portugal como Destino: Dramaturgia Cultural Portuguesa”, *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 16.

⁵² Cf., LOURENÇO, E., “Crítica, Obra e Tempo”, *O Canto do Signo, Existência e Literatura*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 50-51.

⁵³ RICOEUR, P., *Do Texto à Acção*, Porto, RÉS-Editora, s/data, p. 220.

“É poeticamente que habitamos o mundo ou não o habitamos”.⁵⁴

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES, *Poética*, Maia, Imprensa Nacional Casa da Moeda, trad. port. De Eudoro de Sousa, 6ª ed., 2000.

BAPTISTA, Maria Manuel, *Eduardo Lourenço - A Paixão de Compreender*, Porto, ASA Editores, 2003.

LOURENÇO, E., “A Europa e a Questão do Imaginário – A Europa e o (Seu) Imaginário”, in AAVV, *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, Lisboa, Edições Fim de Século, 1999.

LOURENÇO, E., “Breve Esclarecimento”, *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2000.

LOURENÇO, E., “Crítica, Obra e Tempo”, *O Canto do Signo, Existência e Literatura*, Lisboa, Ed. Presença, 1994.

LOURENÇO, E., “Da Literatura Como Interpretação de Portugal” (De Garrett a Fernando Pessoa), *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2000.

LOURENÇO, E., “Em Torno do Nosso Imaginário”, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999.

LOURENÇO, E., “Identidade e Memória”, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOURENÇO, E., “Nós e a Europa: Ressentimento e Fascínio”, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOURENÇO, E., “O Imaginário português neste fim de século”, *J. L. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 763, 1999, 29 de Dezembro, 20-23.

LOURENÇO, E., “O Irrealismo Poético ou a Poesia como Mito”, *Tempo e Poesia*, Lisboa.

LOURENÇO, E., Portugal como Destino: Dramaturgia Cultural Portuguesa”, *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999.

LOURENÇO, E., “Um Heterodoxo Confessa-se”, José Gil e Fernando Catroga, *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio D’ Água, 1956.

PEREIRA, M. Baptista, Pref à tradução portuguesa de *A Metáfora Viva*, in Paul Ricoeur, *A Metáfora Viva*, Porto, Rés, 1983.

RICOEUR, P., *Do Texto à Acção*, Porto, RÉES-Editora, s/ data.

⁵⁴ LOURENÇO, E., *Tempo e Poesia*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 35.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Campinas – S. Paulo, Papirus, Trad. Constança Marcondes César, 1994.

RICOEUR, P., *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70, 1999.

SILVA, M. L. P. F., Finitude e Narração: O Texto na Perspectiva Hermenêutica, *Décimo Primeiro Encontro de Filosofia - O Texto Filosófico*, Comunicações 3, Março 1996.

Maria Teresa Marques Rodrigues

Professora de Filosofia do Ensino Secundário

Mestrado em Hermenêutica, Linguagem e Comunicação – Universidade de Coimbra (2006)

Licenciatura em Filosofia – Universidade de Coimbra (1989)